

### Ata da Reunião Ordinária do mês de Novembro de 2020 do CEDM/PR

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às quatorze horas e nove minutos em primeira chamada, por web conferência, **Abertura** – A secretária executiva Jane Vasques, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial. **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio-SEJUF/DGDM; Suplente Tania Domingues-SEJUF/DGDM; Titular: Dineia Alves de Freitas –SETI; Titular Ana Claudia Machado-SESP; Suplente: Priscilla Dalmarco - SEED; Titular: Camila Aragão- SEDEST; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Titular:Ana Raggio –SEJUF/DEDIF; Titular: Carolina Bolfe e Suplente :Carla Aguiar-SESA; Jussara Ribeiro-SEAB **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa–UBM; Titular: Carmen Ribeiro – RFS; Eunice Teiko -CUT/PR; Titular: Maria Elvira -FAMOPAR; Titular: Terezinha Possebom – HUMSOL; Titular: Gabriela Storgatto - Grupo Dignidade; Suplente; Titular: Daniele Bittencourt Azevedo Perich e suplente:Clarice Weisheimer-FETEC; Titular; Isabela Candeloro Campoi; Titular: Fabiane Bagdanovicz e Suplente Karen Eduarda - CRP; **Colaboradores e Convidados:** Ana Paula Unger Procuradoria da Mulher- ALEP, Janaina de Oliveira Plasido-MP; Silvane F. Farah – SEJUF/DGDM; Leo Ribas -Liga Brasileira de Lésbicas ; Helena Rocha – OAB-PR; Abrão -Procuradoria da Mulher -ALEP . Inicia-se a reunião com as boas vindas da Presidente Maria Isabel que dá boas vindas e agradece a presença de todas e inicia a reunião com a **-Apreciação e Aprovação da Pauta.** Alteração de Pauta – Inversão do item 5 e o item 6 -Aprovado e Aprovado a Inclusão de Fala da Léo Ribas - Liga Brasileira de Lésbicas -Pauta Aprovada **2.Aprovação da Ata de Outubro.** Ata aprovada. **3-Informes da Secretaria Executiva- Correspondências- 1-Ofício SESA 197/2020**, referente aos serviços de referência para interrupção da gravidez encaminhadas a todas as conselheiras por e-mail – **2- Protocolo SESP -PEAME-16.845.646-3-** Atividades e Cuidados durante a quarentena devido a epidemia COVID19. **Justificativa de Ausência:** Marcell e Tania Castro -CIAF - Silvia Castro-SEPL – Licença Maternidade. Substituição da Conselheira – Neste momento se apresenta a Léo Ribas articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas do Estado do Paraná, articuladora Nacional da Rede Lésbis Brasil – Rede Nacional de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e Bissexuais, Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Conselheira do Conselho Nacional Popular de LGBTI/ , Léo Ribas fala que desde o dia 16 de março, quando iniciou o isolamento social a Liga Brasileira se colocou a disposição para atender e encaminhar as demandas de violência das mulheres lésbicas, trans, bissexuais, intersexo e mulheres cis, que chegassem até a Liga e que nestes 18 meses de pandemia, tiveram 73 denúncias de violação de direitos sendo que 45 delas foram violências de cunho sexual, outras 20 foram de violência domésticas e que neste 43 casos de violência que elas acompanharam de cunho sexual estão entre elas 20 meninas adolescente lésbicas, bissexuais, que a família descobriu a orientação sexual destas meninas e acabaram acontecendo diversas violências e uma delas, foi um menina que estava ao telefone falando com a namorada e o pai e a mãe ouviram na falando ao telefone, invadiram seu quarto, bateram muito nela, destruíram quase o quarto inteiro e num determinado momento quando seus pais saíram do quarto ela conseguiu ligar para a Rede e deixou o telefone ligado para que escutássemos o que estava acontecendo, neste momento a mãe invadiu novamente o quarto da menina mordeu as costas dela retirando as três camadas de pele que ela tem e neste momento começamos um processo para identificar de onde viria a chamada e ela dando para a escuta alguns indicativos de localização, entramos em contato com o conselho tutelar para encaminhar uma equipe para a casa da menina, para tentar apaziguar a situação e verificar o melhor encaminhamento possível , estes processo estão em segredo de justiça , são meninas menores , mas quero salientar que 19 desses 20 casos são famílias evangélicas, que acabaram comentando essas agressões,dentre as outras demandas que chegaram na Liga,

chegou um caso de estupro no qual a vítima está grávida deste estupro, nos encaminhamos ao HC que entendíamos como referência a este atendimento, fizemos todo o acolhimento com psicólogas e advogadas voluntárias que temos na Liga, nesta mesma noite encaminhada para o HC e chegando lá ela teve o primeiro atendimento e lhe foi informada que era para voltar no outro dia munida do Boletim de Ocorrência, feito na delegacia da Mulher, se não, não poderia continuar com o atendimento e lhe foi fornecido as requisições do exame de sangue e de uma ultrassonografia, neste momento nos deixou bastante perplexas, a vítima tem que está preparada para este depoimento, além de ter que reviver este momento que não é nada fácil, todas as dúvidas, não só na Delegacia como também no Hospital que colocaram na cabeça desta menina e a deixaram bastante aflita, no momento do depoimento e delegada nos informou que ela teria que relatar o nome do agressor, vejamos a menina imaginava que sabia o nome do agressor, mas ela teve medo de nomear o nome do agressor e ser perseguida pelo o mesmo, porque ele sabia onde ela morava e os meios de comunicação que ela usava, ela não quis relatar o nome do agressor no momento da denúncia, a delegada informou que não era possível acatar a denúncia se não tivesse o nome do agressor, a psicóloga da Casa da Mulher Brasileira que deu atendimento a vítima falou que era possível sim fazer um boletim simplificado onde o nome do agressor não apareceria, foi questionado a delegada e ela reafirmou que não poderia fazer o B.O. se não relatasse o nome do agressor, por fim a delegada informou que não haveria necessidade deste B.O. para o atendimento no HC neste procedimento, neste mesmo dia retornamos ao HC e foram fazer a ultrassonografia, neste momento da realização do exame o médico responsável pelo exame, fez a menina auscultar o coração, a violência tão forte que ela sofreu naquele momento, que ela saiu dali completamente atônica, ela não tinha palavras, ela teve muito medo, colocaram muito em dúvida a questão da fala dela, do relato dela, do depoimento, penso que isto não deveria ter ocorrido de forma nenhuma, ela morava sozinha, ela se sentiu tão fragilizada no momento da escuta do coraçãozinho do bebê que ela foi procurar o colo da mãe dela, porém ela já sabia o que teria nesta conversa com a mãe, mãe dela é uma mulher evangélica, a mãe disse que a culpa era da filha, quem manda ela morar sozinha, quem manda ela se comunicar com as pessoas pela rede social, quem manda ela ter diversos namorados, e disse que queria conhecer o agressor pra saber qual as intenções dele com ela, essa menina não responde mais a nenhum comunicado nosso, a melhor amiga dela também não consegue mais contato com a amiga, a família está mantendo ela trancada sem contato nenhum com o mundo exterior, mas temos certeza que se tivesse ocorrido como sempre ocorreu o atendimento dentro do HC, esta menina não estaria passando por isso, na hora que saímos do HC tentamos conversar com ela e explicar se ela levasse essa gravidez adiante seria muito violento pra ela, que ela iria reviver tudo que aconteceu naquele momento, mas nos enquanto movimento social organizado não temos como dar o acolhimento necessário para que ela tivesse estabilidade, um total apoio, nos sentimentos de mão atadas neste momento, porque o Estado deixou a Deus dar qualquer tipo de política para Mulheres, venho aqui solicitar a este Conselho Estadual de forma muito afetuosa, para que possa interceder conosco para isso que vem acontecendo, a maioria destes casos eu encaminhei ao Ministério Público, porque nossos maiores parceiros e parceiras são o MP e a Defensoria Pública, que tem nos dado um apoio e encaminhado nossas demandas de forma maravilhosa, a Liga Brasileira de Lésbicas não tem atendido casos somente em Curitiba tem atendido casos em todo o Estado, foram diversas violências neste momento de pandemia atendidas no Paraná, peço que nos ajude a enfrentar este momento difícil para todas nós, agradeço o espaço, agradeço a Presidente Maria Isabel pelo convite e as demais Conselheiras. A Presidente Maria Isabel, fala que é muito chocante ouvir tudo isso, mas precisamos ouvir a Léo, porque são questões que estão acontecendo, e esta questão da reunião com o Conselho Municipal, falou-se desse caso,

estava o HC, estava a Dra. Ana Claudia que está aqui nesta reunião, e cada um fala a sua versão e tudo parece está normal, mas sabe-se que não está normal, por isso temos que falar muito das nossas Redes de acolhimento, ampliar muito essas Redes, porque neste momento de pandemia é muito sério tudo isso que está acontecendo, são vidas de pessoas, mulheres e meninas que irão ter um impacto pro resto de suas vidas. Agradeço a Léo pela fala dos depoimentos aqui relatados, e nos colocamos sempre a disposição da Liga Brasileira de Lésbicas, neste momento a Presidente da Liga, acrescenta que nestes casos de violência contra as meninas lésbicas dos 20 casos 13 casos foram de estupro coletivo, sempre foi dito que o estupro coletivo das mulheres lésbicas é "mimimi", é imaginação nossa, neste momento todos abem que essas meninas são violentadas pelos próprios pais e irmãos para que elas aprendam o que é ser mulher, e nos entendemos que esses 13 casos ficaram muito marcados para nós, por que esta violência que está acontecendo está muito mais aflorada, porque o Governo Federal autoriza que isso aconteça, me despeço com um muito obrigada. **Informes do SEJUF/DGDM.** A Vice-Presidente Mara Sperandio, se pronuncia agradecendo a todas as conselheiras que participaram nas lives do Outubro Rosa, e fala que tiveram bastante sucesso com a grande participação e muitas mulheres agradeceram as lives, falam que se sentiram contempladas com as informações de saúde, fizemos uma campanha grande de distribuição de materiais informativos, uma vez que muitas mulheres não tem noção do perigo que elas correm por falta de informações, exames preventivos, continuando, também quero parabenizar a Presidente do Conselho Maria Isabel, pela fala feita na reunião do Conselho Nacional, e observei como você defendeu a candidatas Paranaenses, você é sempre elogiada pelo Nacional sobre suas falas, comunico atambém a vocês conselheiras que o Departamento da Mulher DGDM, fez uma cartilha para o Homem agressor com uma linguagem muito simples e acessível, informando ao Homem do perigo que ele corre quando da pratica da violência domestica, haja vista que muitas das vezes o agressor desconhece a Lei Maria da Penha e desconhece a agressão psicológica, acha que agressão é somente física, e assim que, houver o lançamento da cartilha será comunicado, informo também que foi criado pelo Tribunal de Justiça o Comitê Interinstitucional sobre o formulário de avaliação de risco no Paraná, este formulário é Nacional, mas vamos participar deste formulário para prevenção de risco de crimes contra a mulher, violência domestica e familiar contra a mulher, neste Comitê esta presente o TJ – CEVID, na pessoa da Dra. Priscila Placha Sá o juiz de Direito da Vara de violência domestica de Foz do iguaçu, e Almirante Tamandaré, o MP na pessoa da Dra. Ana Carolina a delegada da delegacia da Mulher Dra. Emanuele, Defensoria Publica, Policia Civil, Delegada Dra. Vanessa Alice, Policia Militar Coronel Daniel Enéas de Melo e representando a Secretaria de Justiça estou eu Mara Sperandio e a Coordenadora do DGDM Silvane Farah, este formulário nacional de avaliação de risco, pretende capacitar todos os organismo de politicas de mulheres do Paraná, os CRAS, CREAS, CRANS, Secretarias Municipais de Mulheres, os Conselhos Municipais e o Conselho Estadual, já tivemos uma reunião, e acontecerá as capacitações nos dias 30/11/2020 e dia 02/12/2020 das 10:00hrs as 11:30hrs, queremos que este fomulário seja super divulgado no Paraná e toda rede de enfrentamento e atendimento para prevenção de Crimes contra a Mulher, irei repassar as informações para o Conselho. A Dra. Ana Claudia-SESP/CODEM, pede licença pra falar um pouco sobre o formulário que acha extremamente importante, que pela visão dela seria mais que o preenchimento, que o preenchimento é importante, que divido este preenchimento é possível avaliar se essa mulher que for registrar uma ocorrência, tem risco, baixo, médio ou grande de violência fatal, coliquei isso na reunião ocorrida que antes de implementar esse formulário é muito importante a capacitação para que seja feita uma boa avaliação para que essas mulheres depois poderão ter um plano de segurança dependendo do nível de avaliação,mas também é importante passar para o policial, por mais que tenham vários

órgãos(pessoas) neste comitê, quem acaba preenchendo este formulário é a Policia Civil, nos sabemos que o procedimento na unidade demora e vai demorar um pouco mais com o preenchimento do formulário, eu entendo a importância do formulário desde que ele esteja atrelado ao fluxo bem delimitado para que possamos identificar qual o nível baixo B e C, médio B e E, nível alto, e assim por diante, eu me preocupo muito, porque o modelo deste formulário ele vem de Portugal, e em Portugal eles aplicam desde 2006 e até hoje existem falhas nestes encaminhamentos, então esta é a minha preocupação, a qual eu levantei na reunião e infelizmente irei formalizar toda essa preocupação porque tenho muito receio de divulgar e passar essa falsa sensação para a mulher, que ela vá até a unidade e irá fornecer respostas sobre sua vida pregressa com o agressor e nos vamos acabar dando a ela resposta insuficiente, a iniciativa é excelente, mas antes de aplicar o formulário temos que ter bem delimitado qual vai ser o papel da Rede, depois que for avaliado qual é o risco desta mulher. A chefe do Departamento Mara Sperandio, fala que concorda com as colocações da Dra. Ana Claudia e fala que a divulgação deste formulário será muito importante, acha a participação do Conselho fundamental, por isso solicitou a permissão do TJ para que o CEDM participasse nesta etapa e desde já convida para a capacitação deste formulário, para a divulgação a esse preenchimento do formulário, irá ser para as áreas competentes, como falou a Dra. Ana Claudia, a Dra. Ana Claudia fala que irá ser 20 minutos para cada uma destas instituições, que foram nomeadas para falar sobre seu papel na rede de enfrentamento, acho que passar este papel da rede de enfrentamento, passar isso para a Policia, eles já sabem qual o papel da rede, a minha preocupação é que neste primeiro momento eu não teria o conhecimento suficiente para transmitir como fazer essa avaliação e pra onde encaminhar, porque ela está no meio do risco, um risco muito alto de sofrer uma violência fatal e o policial faz o que? Vamos tirar estas duvidas no comitê e vamos vê se nestes vinte minutos eles vão trazer algo destes encaminhamentos, é algo novo, começamos agora, temos um caminho longo até que se efetive esses formulários para garantir a segurança, Mara fala que esses 20 minutos são para representantes do comitê, como o CEDM está ligado a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, por isso achei importante trazer ao Conselho este conhecimento e quanto a capacitação e preenchimento será da área técnica. A Presidente Maria Isabel fala que concorda totalmente com a fala da Dra. Ana Claudia e que toda a fala dela se refere a SEJUF, por que a Secretaria que irá ter que ampliar a rede de atendimento, neste caso temos que ampliar os recursos, sabemos que o departamento tem poucas pessoas, terão que ampliar o departamento, uma vez que a maioria dos atendimentos vem para a SEJUF, quem vai ter que dar conta desta Rede é a SEJUF, a Chefe do Departamento Mara fala que conta com os 24 Escritórios Regionais do Estado, que cada Escritórios Regionais terá que fazer a sua parte, com as Secretarias da Mulher, os CRAS; CREAS; Prefeituras Municipais e nós do Departamento vamos trabalhar com os CRANS então nós da SEJUF conseguiremos atingir o Paraná por inteiro através destas redes por meio também da divulgação deste formulário fazer a nossa parte, sem duvida o maior serviço será nosso, mas vamos conseguir através dos escritório regionais. A Presidente fala que o que nos queremos ouvir enquanto conselho durante nestes 20 minutos da SEJUF se esta rede toda do Estado irá ser ampliada, que neste momento é evidente que ela não está sendo suficiente e o que queremos ouvir é justamente que esta rede será ampliada, porque precisamos disso, o Paraná precisa fazer isso, esta onda terrível que vem nos assolando seja contra Mulheres seja contra Meninas, onda de feminicídios cada vez mais altos, agravados pelo momento de pandemia, todas essas violências precisamos que o Estado nos dê respostas, no caso a SEJUF nesta parte destes atendimento por que cada um vai fazer sua parte, mas a parte do acolhimento social, do acolhimento psicólogo, do acolhimento pra encaminhamento pro trabalho no caso é a SEJUF através do Departamento que terá que fazer. A chefe do Departamento fala que esta no começo e

que através da reunião que irá acontecer pelo comitê irá se organizar e os encaminhamentos serão definidos, A conselheira Carmen se pronuncia falando que deseja fazer 2 observações: A primeira: que achou muito importante a iniciativa, acha importante deixar claro como classificar, como avaliar o risco que esta mulher corre e atribuir um papel importantíssimo do poder judiciário, é que estou ainda estarecida com a morte/feminicídio daquela mulher em Londrina, que o poder judiciário negou a medida protetiva que o delegado solicitou, lendo a sentença do Juiz agente fica estarecida por que o Juiz parece não ter ideia do que é a Lei Maria da Penha, e ontem conversando com o pessoal de Londrina, eles levantaram como tem sido muito alto a negativa de medida protetiva no Brasil inteiro, colocando em duvida a palavra da Mulher, solicitando (exigindo) provas, impossível em alguns casos, muito importante que os Juizes façam a capacitação, a Rede Feminista fez uma denuncia ao poder judiciário sobre o caso do femicídio de Londrina e foi arquivado. A segunda: sobre as colocações que a Dra. Ana Claudia fez que são muito pertinentes que a partir da definição deste protocolo de ajuda para definir o grau de gravidade, cada região do Paraná terá que se debruçar para definir os fluxos, por que cada região vai ter que ter definido por exemplo, em caso leves de gravidade procura onde, em casos médios de gravidade e assim por diante, não tem abrigo no município vai pra onde, este fluxo tem que ser local, a importância dos escritórios regionais para definir qual é o fluxo daquela região. A vice Presidente Mara Sperandio, finaliza a sua fala informando sobre o funcionamento do Botão do Panico, que entrará em funcionamento à partir do dia 20 de novembro de 2020. A Conselheira Carolina Poliquese-SESA, complementa a fala da Conselheira Carla Aguiar - SESA, solicitando que a SESA participe destas construções e reuniões se assim for cabível, A conselheira Mara informa que irá participar a CEVID esta solicitação das Conselheiras da SESA. A conselheira Maria Isabel pergunta sobre o alcance deste projeto piloto do Botão do Panico, a chefe do Departamento Mara Sperandio fala que o alcance deste projeto piloto é em torno de 800 solicitações que já foram selecionadas em 15 municípios e que será encaminhado ao e-mail do CEDM que enviará para as conselheiras os municípios elencados. **6-Resumo da Reunião CMDM**

**Curitiba - Violação de Direitos das Mulheres em Situação de Aborto Legal.** A Presidente Maria Isabel fala sobre a reunião do dia 22 de novembro com a participação dela, da conselheira Carmen Ribeiro; Dra. Helena OAB/PR; Dra. Ana Claudia - SESP/CODEM, a Presidente Maria Isabel fala que houve um choque de entendimentos entre os participantes, por que os integrantes da área da justiça entende que o hospital tem que fazer o comunicado externo com comunicação a Policia, e os integrantes da área médica (IML), entende que existe o compromisso de confiabilidade entre o medico e paciente, e que não deveria comunicar, houve um empasse, e que deverá haver um maior aprofundamento sobre esta questão para prosseguir, existe também a questão da notificação compulsória, que não deveria ser uma notificação obrigatória, existe o fluxo interno e externo, e esse externo que é para a Policia, deveria acontecer se a mulher assim o quiser. A Dra. Helena Rocha -OAB/PR, complementa que tanto a OAB quanto a Defensoria se manifesta contraria a vinculação do atendimento do sistema de saúde a exigência de denuncia perante o sistema de justiça, haja vista as consequências a esta vinculação e o afastamento da mulher do atendimento em saúde, entendemos o posicionamento da SESP do MP no sentido de que a comunicação no momento em que houve a mudança do crime de estupro pra ação penal publica incondicionada, a comunicação deveria ser feita até por conta da Lei de contravenções penais que exige do profissional da saúde a comunicação externa nos casos desses crimes, mas colocamos outros preceitos constitucionais que na nossa opinião fariam com que essa comunicação não coubesse neste momento especifico, sabemos também que este debate é objeto de ações de inconstitucionalidade no STF, não é um tema que é consensual, ele está em debate e o posicionamento institucional tanto da OAB/PR, quanto da Defensoria//PR, tem sido no

sentido da não vinculação, uma coisa é o atendimento, uma comunicação interna da notificação compulsória dentro do sistema de saúde e a outra seria comunicação externa a autoridade policial e o sistema de justiça como um todo, nos moldes do que acontecia em Curitiba, o modelo de Curitiba foi pouco discutido na reunião, em Curitiba há muito tempo a comunicação externa era feita somente a partir do consentimento da mulher que era atendida pelo sistema de saúde que autorizava a comunicação e a autoridade policial daquele fato específico, esse foi nosso posicionamento tanto da OAB/PR, como da Defensoria /PR, deixando aqui para registro em relação a esta questão. A Dra. Ana Claudia-SESP, pede a palavra e fala que as comunicações estavam sendo feitas em Curitiba diretamente da unidade de saúde para a unidade policial, o que não podemos esquecer e que esses consentimentos de algumas mulheres acaba sendo constrangedor, não só pelo meio social, mas também pelo temor em relação ao agressor, pode ser que no primeiro momento ela não queira denunciar, mas que depois ela pode querer, e nós não temos mais as provas necessárias, por que não temos a ocorrência, e não tendo a ocorrência não temos a requisição de exames, talvez possamos pensar em melhorar o atendimento e que seria possível o registro da ocorrência, e depois a mulher se recusa a dar detalhes e o procedimento será arquivado, nsabemos que este consentimento inicial se tira um pouco da vontade da mulher por questões múltiplas. finaliza-se esta pauta, iniciando a pauta. **5-Comissão de Enfrentamento a Violência - Nota Técnica - Nova Portaria do MS;** As Conselheiras da Comissão de Enfrentamento a Violência, elaboraram uma Nota Técnica referente a Nova Portaria do Ministério da Saúde, que se lê neste momento, como pode ser visualizada a Nota Técnica no site do CEDM, [www.cedm.pr.gov.br](http://www.cedm.pr.gov.br), a conselheira Dra. Ana Claudia da SESP se posiciona de forma contrária, argumenta que pode ser debatido um pouco mais, mas se a maioria entende que não, solicita o registro em ata. A Presidente Maria Isabel argumenta se mudasse alguma questão na redação ou seria frontalmente contrária. A Conselheira Dra. Ana Caudia da SESP informa que a SESP entende que deveria manter como estava, sendo a comunicação como era feita do hospital para a unidade policial e que deveria continuar o fluxo como estava sendo feito anteriormente, mas acrescenta que realmente existe uma necessidade de adaptação para melhorar a acolhida desta mulher quando ela comparece na unidade policial, e ate que tivéssemos a possibilidade de compor um protocolo de atendimento nas unidades policiais e construindo isso junto com Conselho, e depois me comprometo de repassar para todas unidade policiais, não podemos esquecer que não existe esta realidade de Curitiba e dos Municípios que tem delegacias da Mulher, a ideia seria construir um protocolo de atendimento quando ocorresse essa comunicação a ser transmitido a todas unidades policiais do Estado. A conselheira Carmen se manifesta dizendo que na nota técnica as conselheiras se manifestam apoiando o processo todo de apuração, punição, que não são contra isto, e que a manifestação contra é a forma como está na portaria, e que na fala da Dra. Ana Claudia, foi muito satisfatória onde pode-se resolver esta questão ao construir juntas o fluxo que pode satisfazer a todas, mas acha importante manter a nota técnica de ir contra a portaria do jeito que está formulada e tentar na sequencia junto com o Conselho Municipal definir um fluxo que pode ser aplicado ao Estado, que pode ser detalhado de como, de que forma, em que momento a mulher pode se posicionar. A Dra. Ana Claudia, fala que no entendimento dela a nota se manifesta contrária a comunicação a autoridade policial, caso a mulher se manifeste dizendo que não quer a comunicação, neste ponto que nós da SESP nos manifestamos contrario, entendemos que esta comunicação tem que ser feita de qualquer maneira, e me coloco a disposição para conversar com a Presidente da Liga de Lésbicas e Conselheira Municipal, Léo Ribas, e acha importante esta comunicação e aproximação da CODEM, não só em relação a este relato pontual que ela trouxe aqui, mas outras questões que ela trouxe que é necessária a nossa aproximação. A Conselheira Carla da SESA, pontua que a

nota da SESA traz esta questão que pro cumprimento do artigo 1º §4 da Lei 10.778, ainda depende do fluxo entre a SESA e a SESP, então o dialogo é muito importante porque a chave para chegar no consenso é estabelecer o fluxo e estamos abertos para o dialogo com o Conselho e a SESP, e quero deixar claro que a SESA quer que o agressor seja punido, seja identificado, queremos colaborar com a SESP mas queremos resguardar o direito da mulher neste momento difícil de ter o sigilo profissional, não estamos sendo contrario que a mulher vá a delegacia e que registre o B.O; que haja uma investigação, queremos que não seja compulsório a comunicação e deixando claro que a comunicação com a delegacia e com outros serviços da rede de proteção pode ser feita de diversas formas, e que, o que orientamos e que não seja feita através da ficha de notificação que é uma ficha de notificação com físicos biológicos e também não seja feita por prontuários, que as Delegacias e o MP requisita, e que nossa preocupação maior é com a Mulher.

**Encaminhamento:** Nota aprovada, com ressalva de registro em ata do posicionamento da SESP, com retorno da nota a comissão de enfrentamento a violência, para continuar as negociações do fluxo de como estabelecer uma melhora das questões do fluxo, que não irá contra o crime de estupro. A conselheira Clarice se manifesta com uma observação, falando que o consentimento da mulher pra denuncia ou para criação de uma investigação, isso constitui direito no sentido da mulher ser soberana na construção de politica publica pra defesa dela mesmo, isso que se vem construindo, não adianta fazer um conselho dos Direitos da Mulher onde a Mulher não tem o direito de querer alguma coisa, a conselheira Dra. Ana Claudia - SESP, que faz a ressalva que a SESP, se restringe apenas em não ser favorável a notificação compulsória, segue o encaminhamento com ampla divulgação para os Conselhos Municipais; Escritórios Regionais; Secretarias que compõe o Conselho CEDM, OAB/PR; MP; TJ/CEVID; Defensoria/PR/NUDEM.

**7-16 Dias de Ativismo;** A Presidente Maria Isabel, fala dos 16 dias de Ativismo que é uma ação Mundial, que no Mundo começa no dia 25 de Novembro que é o dia Mundial, que é o Dia pelo fim da Violência contra as Mulheres, que começou com as irmãs Mirabal, que foram assassinadas, e termina no dia 10 de Dezembro, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no meio tem o dia 1 de Dezembro, que é o Dia Nacional de Combate a AIDS e o dia 06 de Dezembro que é o dia do Laço Branco, que são os homens na luta pelo fim da violência contra as Mulheres em referencia também ao massacre de Montreal no Canadá. No Brasil são 21 dias de ativismo, e esses 16 dias são o Mundo, no Brasil começa os 21 dias no dia 20 de Novembro que é o Dia da Consciência Negra e em Curitiba, começamos no dia 05 de Novembro que é o dia em que foi encontrada a Menina Raquel Genofe, assassinada dentro de uma mala na rodoferroviária de Curitiba, que completou esse ano 12 anos, e já fizemos esse evento na Rodoferroviária no dia 5 de Novembro, no qual eu participei, queríamos fazer algo pelo Conselho para fazermos alguma ação pelo 16 dias de Ativismo, a Conselheira Clarice quem solicitou esta pauta, fala que a intenção dela é no sentido de que durante estes últimos anos houve uma crescente abrupta nos números de violência contra a Mulher que se faz necessário construir alguma coisa em conjunto com o Conselho e Entidades, para que todas pudessemos participar e ficaria mais organizado, que daria maior visibilidade, seria uma coisa mais ampla com maior visão. **Encaminhamento** - Através da pagina do CEDM, fazer a divulgação das diversas ações referente aos 21 dias de ativismo, poderíamos fazer algum texto, visibilidade das ações, a conselheira Clarice sugestiona, nota, rastag, uma cobertura de forma virtual e ação de rua (praça), e sugere uma das datas para fazer um encerramento que poderia ser no dia Internacional do Direitos Humanos, a conselheira Maria Isabel pensa que devido a pandemia teremos que fazer de forma virtual e que o podcast seria uma ótima opção, a conselheira Clarice continua sugestionando em fazer um material no sentido orientativo na questão do atendimento a Mulher na questão da Violência, pode ser um podcast entre outros, a conselheira Isabela Campoi fala que é conselheira Municipal em

Paranavaí, fala que lá foi definido todos os representantes irão sugerir atividades pelos 16 dias, que ela ficou responsável em fazer um texto sobre e que poderia compartilhar com o conselho para compartilhar no site, a conselheira Carmen fala que poderia ser resumido estas propostas em dois tipos de encaminhamento, 1-colocar nota sobre os 16 dias de ativismo e convocando todos os Conselhos Municipais, Secretaria Municipais, entidades que fazem parte da rede, organizando atividades e disponibilizando estas atividades para divulgação no site do Conselho, a conselheira Camila-SEDEST, fala que em relação a estrutura do podcast, tem a estrutura da radio do palácio, faríamos uma grade de programação e faria um agendamento da gravação do material. A Presidente Maria Isabel fala do texto sobre os 16 dias de Ativismo e que este seja encaminhado para a comissão de comunicação, e encaminhado por e-mail para as conselheiras para aprovação, a Presidente solicita alguma programação destes dias com a Procuradoria, a representante da Procuradoria da Mulher na ALEP, Ana Paula presente nesta reunião, fala que seria um ótima opção e que cada dia destes 21 dias de ativismo a ALEP irá fazer a divulgação de uma Lei, que cada dia irá fazer um foco em alguma Lei, a conselheira Maria Isabel fala de duas datas bem importante para as mulheres que seria no dia 20 de Novembro e dia 25 de Novembro. A representante se coloca a disposição para o pleito, as conselheiras concordam. **8- Apresentação do Estudo Sobre Mães Meninas;** A conselheira Carmen apresenta o estudo feito pela Rede Feminista de Saúde pela Vânia Soares, enfermeira e suplente deste conselhos, para visualização do estudo apresentado, entrar no site deste Conselho através do [www.cedm.pr.gov.br](http://www.cedm.pr.gov.br). finalizada a apresentação a Presidente abre palavra para perguntas e considerações, a conselheira Fabiane fala sobre a apresentação, que seria uma das questões: é uma questão cultural, por que no Brasil é um dos países do Mundo com maior numero de casamento infantil e que no município onde me encontro temos muitas meninas com menos de 14 que esta grávida, tendo relações sexuais por que os próprios pais entendem que a partir do momento que a menina menstrua está pronta pra casar, uma questão cultural muito forte nos municípios do Brasil todo, outra questão que aparece no estudo é a questão de números onde aparece que 92% das cidades do Paraná tem o IDH mais baixo que a media do Estado, acredito que para entendermos essa média teria que fazer uma media ponderada, porque essa media que o valor fica na metade, fica difícil entender essas nuances, precisa-se olhar a realidade desses 92% aparte dos 8% conforme o estudo, a conselheira Marcia-APP Sindicato, que pede a palavra, sugere que esta questão seja feita uma discussão com a SEED, haja vista que perdeu-se totalmente a caracterização dos debates, uma vez que o departamento de diversidade já não funciona mais, e as politicas educacionais da SEED visam apenas, notas, aferição, medição IDEB os temas relacionados a cidadania a questões de gênero, foi total descaracterizado toda a construção que teve deste debate que teve pra dentro da educação, acho importante o conselho apontar pra SEED a questão da necessidade de abordagem desses temas, por que não temos mais nenhuma especie de informação, tivemos sexta semana uma abordagem infelizmente mercadológica não são humanista, sugiro uma reunião com o secretaria, com o departamento pedagógico, porque é muito preocupante, a conselheira Carol - SESA, agradecer o apoio por esses dados e apresentação e fazer aqui a diferenciação do nosso trabalho em relação a gravidez na adolescência e a gravidez em meninas menores de 14 anos que são coisas diferentes igualmente preocupante mais de ações diferentes no nosso contexto, em relação ao caso com grande publicidade que a menina sofreu repetidas violências justamente pela publicização da da situação, podemos afirmar que isso é corriqueiro tanto os casos de parto como os casos de introdução da gestação de meninas abaixo de 13 anos e queria trazer a importância do que se faz com o diagnostico desta realidade, não só do nascimento, como do fluxo da notificação, e nesse contexto podemos fazer um trabalho de fortalecer as orientações nas regionais em relação a esse fluxo e notificação desses casos, não à



partir do nascido vivo, e sim à partir da violência, para que possamos ter um diagnóstico melhor e promover ações, e o que posso dizer em relação a SESA é que já está havendo trabalho em conjunto. A Presidente agradece a fala da SESA e solicita que se houver algum trabalho da SESA, neste sentido que seja encaminhado ao Conselho. A Secretária Isabela Campoi -UNEPAR, agradecer o estudo das Conselheiras Carmen e Vania, um excelente trabalho e que foi importante trazer essa realidade matemática para este conselho, precisamos ter essas informações para cruzamento de dados que é muito importante. **encaminhamento** Encaminhar a pesquisa "Mães Meninas" a SEED e solicitar que a mesma traga respostas de como encaminhar esta questão de acordo com o Plano Estadual, encaminhar a pesquisa para os conselhos tutelares municipais. **9- Informes Gerais-** A Presidente fala que foi convidada pelo Conselho Municipal de Ponta Grossa, para participar de uma série de entrevistas com os candidatos e candidatas a prefeitura de Ponta Grossa participamos de cinco entrevistas que foi bem interessante e produtivo, conseguiu-se dar as candidaturas a visibilidade que conselho queria fazer com as candidatas de Curitiba, informa também sobre a reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sobre violência política e também a questão do racismo nas redes sociais, esta cartilha já foi enviada para ser publicizada no site do CEDM, comunico que o 180 está recebendo esta denúncia referente as denúncias de violências políticas, como também foi encaminhado as denúncias ao Superior Regional Eleitoral, em seguida a colaboradora Janaína Placido fala sobre o protocolo do feminicídio que ficou aguardando o retorno do tribunal de justiça à partir da lei anticrime, depois o IML, solicitou o protocolo para que fizessem atualizações e por fim a Secretária de saúde, solicitou o para atualizar alguns dados, haja vista o lapso de tempo de 2019 e a princípio nos temos uma versão atualizada que foi encaminhada para algumas pessoas que fazem parte da comissão revisora do protocolo, e a ideia é que à partir desta revisão será agendada uma reunião para sedimentar esta última versão e fazer uma última reunião geral do protocolo para publicação. a conselheira Tania do DGDM, informa que o protocolo está na assessoria jurídica da SESA e foi feito uma minuta da resolução do grupo de trabalho e depois vai para assinatura dos três Secretários, finalizados os informes. **10- Palavra das Conselheiras-** A Presidente agradece a presença de todas as conselheiras e o comprometimento com o Conselho porque o trabalho do CEDM é fundamental para as vidas de todas as Mulheres e Meninas, encerra-se esta reunião. Esta ata foi desgravada pela secretária Executiva Jane Vasques, será encaminhada as conselheiras para contribuições e depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR.